

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL (SEEC/DF)

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

CONCURSO PÚBLICO

APLICAÇÃO: 2020

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua **Folha de Respostas**. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br



**VOCE
SABIA?**

O Cebraspe é o detentor exclusivo do **Método Cespe** de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e outras técnicas sofisticadas. Tudo isso para entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1-I

1 Grandes companhias globais falam muito em sustentabilidade ambiental e descarbonização de sua produção, mas o que fazem na prática é insuficiente. A implementação de
4 programas de sustentabilidade corporativa tem sido lenta, conforme estudo de dois professores do International Institute for Management Development (IMD), instituto de
7 administração sediado na cidade suíça de Lausanne.

10 Dos executivos consultados em outra pesquisa realizada pelo IMD, 62% consideram estratégias de sustentabilidade necessárias para serem competitivos atualmente, e outros 22% dizem que isso será importante no futuro. Sustentabilidade é vista como uma abordagem de
13 negócios para criar valor a longo prazo, levando-se em conta como uma companhia opera nos ambientes ecológico, social e econômico.

16 Em pesquisa com dez setores industriais ao longo de três anos, os dois professores do IMD concluíram que, ao contrário do otimismo gerado pelo Acordo de Paris para combater a mudança climática e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, as iniciativas nas empresas deixam a desejar. Na pesquisa, eles constataram
19 que menos de um terço das companhias desenvolveram casos de negócios claros ou proposições de valor apoiadas em sustentabilidade. Além disso, apenas 10% das empresas estão
22 conseguindo captar o valor total da sustentabilidade, enquanto muitas companhias restam presas na “divulgação”. Alguns setores têm melhores resultados na implementação de
25 programas de sustentabilidade, como o setor de material de construção, em comparação ao de telecomunicações.

28 Os professores alertam que o tempo está esgotando. Estudos mostram que a poluição de carbono precisa ser cortada quase pela metade até 2030 para evitar 1,5 grau de aquecimento do planeta. Isso requer revisões ainda mais
31 drásticas das indústrias globais e dos governos.

34 Os dois professores destacam que os investidores reconhecem cada vez mais o impacto, para a sociedade, das empresas nas quais investem. Eles notam que a necessidade de desenvolver modelos de negócios mais sustentáveis está aumentando tão rapidamente quanto os níveis de dióxido de
37 carbono na atmosfera. E sugerem um forte senso de foco que chamam de “vetorização”, que inclui programas de sustentabilidade corporativa mais acelerados.

40 Os pesquisadores alertam que companhias que trabalham em boas causas sem relação com seus negócios centrais tendem a ser menos efetivas.

Assis Moreira. Valor econômico, 18/3/2019.
Internet: <valor.globo.com> (com adaptações).

Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I, julgue os itens seguintes.

- 1 Os resultados da pesquisa realizada pelos dois professores do IMD refletem a atitude dos executivos quanto à sustentabilidade, conforme comprovam as informações do segundo parágrafo do texto.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto sugere que os estudos atestam exatamente o contrário: existe divergência entre o que os executivos afirmam e o que as empresas realizam em termos de sustentabilidade.
- 2 De acordo com as informações do texto, setores econômicos distintos apresentam resultados diferentes em termos de ações voltadas para a sustentabilidade.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O que está afirmado no item pode ser comprovado neste trecho do texto: “Alguns setores têm melhores resultados na implementação de programas de sustentabilidade, como o setor de material de construção, em comparação ao de telecomunicações.”
- 3 O texto informa que os investidores levam em consideração o impacto social das empresas nas quais investem, o que é comprovado pelo estudo mencionado no segundo parágrafo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa informação encontra-se no penúltimo parágrafo do texto, associada ao estudo dos dois professores. O segundo parágrafo trata dos resultados de outra pesquisa.
- 4 Conclui-se da noção de sustentabilidade presente no texto que ser sustentável é incompatível com criar valor.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto afirma que “Sustentabilidade é vista como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo” (l. 12 e 13).

Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 5 O texto é um artigo de opinião, em que predomina o tipo argumentativo, haja vista a presença de diversos argumentos para sustentar a ideia defendida por seu autor.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto é predominantemente dissertativo, uma vez que se estrutura em termos de apresentação de resultados e conclusões de estudos realizados sobre o tema da sustentabilidade.

- 6 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, a forma verbal “restam” (ℓ.26) poderia ser substituída por **mantém-se**.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A forma verbal sugerida apresenta flexão de singular (**mantém-se**) em vez de plural (**mantêm-se**), o que implica erro de concordância verbal no período; logo, a correção gramatical ficaria prejudicada com a substituição.

- 7 A substituição da forma verbal “desenvolveram” (ℓ.22) por **desenvolveu** manteria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O sujeito da oração em apreço é o coletivo partitivo “menos de um terço das companhias” (ℓ.22). Nesse caso, o verbo pode ir tanto para o plural, como consta no texto, quanto para o singular, como consta na substituição proposta na assertiva.

- 8 Dada a regência do verbo **tender**, é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “tendem a ser menos efetivas” (ℓ.45).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Considerando o termo a que se liga a expressão “tendem a”, o emprego do acento grave indicativo da crase seria inadequado em termos de correção gramatical.

- 9 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “Sustentabilidade é vista como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, levando-se em conta como uma companhia opera nos ambientes ecológico, social e econômico.” (ℓ. 12 a 15) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Vê-se sustentabilidade** como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, considerando-se como uma companhia opera no ambiente ecológico, no social e no econômico.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A reescrita em questão apresenta três alterações que preservam a correção gramatical e a coerência do texto. Na primeira alteração, nota-se a substituição de uma construção na voz passiva analítica (“Sustentabilidade é vista”) pela forma sintética (“Vê-se sustentabilidade”). Em seguida, o trecho “levando-se em conta” foi substituído por “considerando-se”. Uma das acepções do verbo **considerar** é justamente “ter ou levar em conta; tomar em consideração; atentar para”. Por fim, houve a substituição do trecho “nos ambientes ecológico, social e econômico” por “no ambiente ecológico, no social e no econômico”. Neste caso, passou-se o substantivo “ambientes” para o singular, e tal termo está elidido nos demais membros da coordenação (no ambiente ecológico, no [ambiente] social e no [ambiente] econômico).

- 10 No trecho “os investidores reconhecem cada vez mais o impacto, para a sociedade, das empresas nas quais investem” (ℓ. 35 a 37), a substituição de “nas quais” por **aonde** prejudicaria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Com a substituição, haveria erro de regência verbal em razão do uso da preposição “a” no termo regido pela forma verbal “investem”, que exige a preposição “em”.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

A respeito de aspectos econômicos do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir.

- 11 O DF carece de grandes indústrias e de empresas privadas e apresenta uma desigual distribuição de renda entre as diferentes regiões administrativas, o que inibe a formação de um mercado consumidor expressivo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Brasília é muito mais que o centro político do Brasil; é um polo econômico em uma cidade atípica e diversificada. Possui um expressivo mercado consumidor, com 2,9 milhões de pessoas cuja renda média é até três vezes maior que a nacional, o que evidencia um grande potencial de desenvolvimento.

- 12 A grande extensão territorial de unidades de conservação de uso restrito e controlado inibiu o desenvolvimento do setor agropecuário no DF e a expansão do agronegócio e de hortifrutigranjeiros para abastecer a capital federal aconteceu nos municípios goianos e mineiros do entorno.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Apesar das extensas áreas protegidas por unidades de conservação em suas diferentes tipologias, o setor agropecuário se desenvolveu no Distrito Federal, tanto na produção de hortifrutigranjeiros, quanto na produção de *commodities* de exportação. Nas áreas rurais das regiões administrativas de Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá e São Sebastião, essas atividades são desenvolvidas em larga escala e com altos índices de produtividade. O PAD/DF foi o primeiro e mais importante mostruário das potencialidades e possibilidades agrícolas dos cerrados brasileiros, constituindo o mais bem sucedido programa de colonização e reforma agrária do país, e cumpriu exemplarmente o papel da nova capital da República, de interiorizar e integrar o desenvolvimento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em relação à organização do Estado e da administração pública, julgue os seguintes itens.

- 13 O princípio da legalidade se aplica apenas ao Poder Executivo federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O princípio da legalidade é consagrado no art. 37 da Constituição Federal de 1988 como um dos princípios norteadores da atuação do estado e da administração pública no Brasil. Segundo esse princípio, o agente público, de qualquer nível federativo e de qualquer poder da administração pública direta ou indireta, somente pode fazer aquilo que é expressamente autorizado pela lei.

- 14 Compete privativamente à União legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantia de valores.

JUSTIFICATIVA: CERTO. No âmbito da Constituição Federal de 1988, manteve-se como competência privativa da União legislar sobre matérias que versem sobre o sistema monetário e seus instrumentos, uma vez que a competência comum da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios, de legislar sobre esses temas poderia levar a um desarranjo sistêmico de consequências imprevisíveis.

No que se refere à administração pública brasileira, julgue os itens a seguir.

- 15 O modelo de administração pública gerencial respondeu à expansão das funções econômicas e sociais da sociedade com uma proposta de diminuição do tamanho do Estado.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De fato, à medida que a economia se tornava mais globalizada e as relações sociais mais complexas, houve uma demanda para que o Estado como um todo se tornasse menos intervencionista e as estruturas governamentais em particular fossem mais eficientes na busca por resultados. Nesse contexto, surgiram as reformas administrativas em diversos países. Isso resultou na implantação do modelo de administração pública gerencial.

- 16 As políticas de *compliance* no âmbito da administração pública objetivam garantir que os servidores públicos prestem contas, aos órgãos de controle, das atividades exercidas no âmbito de suas funções.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A prestação de contas aos órgãos de controle é uma característica inerente à função pública e um princípio legal. As políticas de *compliance*, na verdade, têm por objetivo prevenir e combater práticas ilícitas praticadas contra a administração pública, fomentando a emergência de um ambiente em que a reputação de uma organização tenha valor econômico e no qual propina, suborno e congêneres constituam infrações previstas em lei, sujeitas à punição.

Ciente de que seus atos, comportamentos e atitudes implicam a preservação da imagem da administração pública, o servidor público deve

- 17 evitar ações que atrasem a prestação do serviço público.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Está previsto no art. 6.º, inciso III, Art. 6.º do Código de Ética do Poder Executivo do DF: “É dever do servidor ou empregado público: (...)
III – exercer as atribuições com eficiência e excelência, evitando ações que atrasem a prestação do serviço público;”.

- 18 fazer uso dos recursos públicos com economicidade e clareza, no desempenho de suas atribuições.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Código de Ética dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal, art. 6.º, inciso XXIII: “É dever do servidor ou empregado público utilizar os recursos públicos disponíveis com responsabilidade, economicidade e clareza.”.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 19 Para que os objetivos da informação contábil sejam alcançados, pode-se reconhecer, nas demonstrações contábeis, recurso ou obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na estrutura conceitual.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, pode-se determinar que, para o alcance dos objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido nesta estrutura conceitual seja reconhecido nas demonstrações contábeis.

- 20 Para que uma entidade do setor público seja capaz de acessar o potencial de serviços associado a um recurso, é necessário que essa entidade obtenha direitos jurídicos sobre ele.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A entidade pode ser capaz de acessar o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos associados ao recurso independentemente da obtenção de direitos jurídicos.

- 21 Para que uma obrigação presente exista, é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista.

Considerando que os sistemas de custos dos entes públicos objetivam a mensuração, o controle e a avaliação de custos na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 22 A contabilização dos itens de custo subsidia o gestor e os demais usuários de informações sobre os insumos utilizados pelos entes públicos no processo de prestação de serviços à sociedade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os itens de custo podem ser definidos como agregadores dos insumos utilizados, que têm por objetivo identificar o que se consome, sem relação com a finalidade do objeto de gasto. Cabe destacar que o Tesouro Nacional estabeleceu a definição de itens de custo. A finalidade gerencial dessa informação é ser um dos instrumentos para os gestores nos seus processos decisórios.

- 23 São exemplos de itens de custo das entidades públicas os gastos incorridos com o pagamento de salários e a aquisição de computadores e material de consumo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A aquisição de bens duráveis, como computadores, não é custo, mas investimento.

- 24 O acesso à informação de custos permite a avaliação de riscos na aplicação de recursos públicos voltados ao alcance das metas estabelecidas na ação governamental.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Informações de custos associadas podem, muitas vezes, clarificar uma tomada de decisão ou, ainda, explicitar riscos. E quando se fala em setor público, onde as demandas a serem atendidas são bem superiores aos recursos disponíveis, tais escolhas ganham uma relevância ainda maior. É essencial que o gestor conheça seus custos, com o propósito de direcioná-los, ou, ainda, realizar alterações em procedimentos e alocações em projetos e atividades, a fim de atender os objetivos esperados.

Com base nas normas que regem a contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 25 O saldo da receita disponível no balanço orçamentário deve ser maior ou igual a zero, uma vez que é vedado realizar despesas sem a fonte de recursos correspondente.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A receita disponível no balanço orçamentário é calculada a partir da previsão de receita (inicial e atualizada), que é comparada com a receita efetivamente realizada. Se a receita efetiva for maior que a prevista, haverá excesso de arrecadação. Se for menor, haverá insuficiência. Neste último caso, a receita disponível será negativa (menor que zero) e o fato suscitará o processo de limitação de empenho previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 26 O destaque de determinado crédito orçamentário pode ser realizado independentemente de autorização específica da lei orçamentária anual.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A Constituição Federal de 1988 determina que são vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. Porém, o destaque constitui mera descentralização de créditos, que não modifica a programação original, o valor das dotações ou a unidade orçamentária detentora do crédito. Assim sendo, o destaque pode ser feito sempre que necessário, independentemente de autorização legal específica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca de atos administrativos.

- 27 Em um único ato administrativo, foram concedidas férias e licença a um servidor público da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Na semana seguinte, publicou-se outro ato, que ratificava as férias desse servidor e retirava-lhe a licença concedida, por ter sido constatado que ele não fazia jus à licença. Nessa situação, realizou-se a convalidação do ato administrativo, por meio de reforma.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O item está certo, pois há três formas de convalidação. A primeira é a retificação, a segunda é a reforma e a terceira é a conversão. A reforma é a forma de aproveitamento que admite que novo ato suprima a parte inválida do ato anterior, mantendo sua parte válida.
- 28 Servidor público do Distrito Federal exerceu atividade remunerada durante o gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, o que se confirmou em processo disciplinar específico. Nessa situação, conforme a Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações, os dias em que o servidor efetivamente exerceu a atividade remunerada durante a licença serão considerados, para todos os efeitos legais, faltas justificadas ao serviço, caso a licença tenha sido concedida sem remuneração.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está errado, pois os dias de atividade remunerada durante o gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família, constatados em processo disciplinar, serão considerados como faltas injustificadas ao serviço, ainda que a licença tenha sido dada sem remuneração, nos termos do art. 135 da Lei Complementar n.º 840/2011.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

- 29 Uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, com base no risco administrativo, a mera ocorrência de ato lesivo causado pelo poder público à vítima gera o dever de indenização pelo dano pessoal e(ou) patrimonial sofrido, independentemente da caracterização de culpa dos agentes estatais ou da demonstração de falta do serviço público. Não obstante, em caso fortuito ou de força maior, a responsabilidade do Estado pode ser mitigada ou afastada.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A responsabilidade civil do Estado está prevista no art. 37, § 6.º, da Constituição Federal de 1988. A assertiva foi adotada pelo STF por força do julgamento do RE 109.615-2/RJ, de relatoria do ministro Celso de Mello.

Acerca da concessão de serviços públicos, julgue o item que se segue.

- 30 Concessão de serviço público é um contrato administrativo pelo qual a administração pública delega a terceiro a execução de um serviço público, para que este o realize em seu próprio nome e por sua conta e risco, sendo assegurada ao terceiro a remuneração mediante tarifa paga pelo usuário, que é fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e não pode ser alterada unilateralmente pelo poder público ou pela concessionária.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante previsto na Lei n.º 8.987/1995, a tarifa pode ser unilateralmente alterada pela administração. Ademais, por ser a concessão uma espécie do gênero contrato administrativo, aplica-se às concessões a teoria das cláusulas exorbitantes.

Considerando a Lei n.º 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue o próximo item.

- 31 Ocorre superfaturamento quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A definição de superfaturamento está posta no art. 31, § 1.º, inciso II, da Lei federal n.º 13.303/2016. A definição apresentada no item é de sobrepreço, que é apresentada no art. 31, § 1.º, inciso I, da mesma lei.

Considerando as normas de direito administrativo, as disposições normativas relativas ao pregão e a Lei federal n.º 9.784/1999, acerca de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 32 No processo administrativo, os cidadãos e as associações têm legitimidade para interpor recurso administrativo, quando se tratar de direitos ou interesses difusos.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O inciso IV do art. 58 expressamente confere legitimidade aos cidadãos e às associações para interposição de recursos administrativos, quanto a direitos ou interesses difusos.

33 No pregão, a definição das exigências de habilitação no certame é feita durante a fase externa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Como previsto no inciso I do art. 3.º da Lei federal n.º 10.520/2002, a autoridade competente deve definir as exigências de habilitação durante a fase preparatória, a qual antecede a fase externa do certame.

34 É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha amizade íntima com algum dos interessados no processo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na forma dos arts. 18 e 20 da Lei federal n.º 9.784/1999, o fato de o servidor ter amizade íntima com algum dos interessados é hipótese de arguição de suspeição da autoridade, não de impedimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, das cláusulas pétreas e da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

35 A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a exigência de inscrição em conselho de fiscalização para o exercício de qualquer atividade profissional.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, nos termos do inciso XIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF). Portanto, a regra é a liberdade. A CF não dispõe sobre a necessidade de inscrição em conselho de fiscalização da respectiva profissão.

36 As cláusulas pétreas correspondem às limitações temporais, implícitas, circunstanciais e materiais de alteração da Constituição Federal de 1988.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O item está incorreto, pois as cláusulas pétreas são as limitações materiais de alteração da Constituição Federal de 1988 (núcleo intangível da Carta Magna, previsto no art. 60, § 4.º).

37 Embora a Constituição Federal de 1988 preveja expressamente não distinção entre brasileiros, o próprio constituinte estabeleceu, no texto constitucional, hipóteses de tratamentos distintos entre homens e mulheres.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O item está certo, pois o próprio constituinte estabeleceu desigualdades em relação a homens e mulheres em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF). É o caso do previsto no art. 5.º, inciso L, da CF.

Considerando os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

38 A prestação de serviços públicos de transporte coletivo sob o regime de permissão prescinde de licitação, que é exigida apenas para a modalidade de concessão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A licitação é exigida em ambas as modalidades, concessão e permissão, conforme art. 175 da Constituição Federal de 1988 e decisão do STF.

39 As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às sociedades comerciais do setor privado.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às sociedades comerciais do setor privado. Art. 173, § 2.º, da Constituição Federal de 1988.

40 A União detém o monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, sendo-lhe permitida a contratação de empresas estatais e privadas para a realização dessas atividades, desde que observadas as condições estabelecidas em lei.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A assertiva está em conformidade com o disposto no art. 177, inciso I e § 1.º, da Constituição Federal de 1988.

Acerca da administração tributária do Distrito Federal, julgue o item a seguir, com base na Lei Orgânica do Distrito Federal.

41 O lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos de competência do Distrito Federal, bem como o julgamento administrativo dos processos fiscais, incumbem à administração tributária desse ente federado e serão exercidos, privativamente, por integrantes da carreira de auditoria tributária. Entretanto, o lançamento, a fiscalização e a arrecadação das taxas que tenham como fato gerador o exercício do poder de polícia poderão ser realizados por agentes não integrantes dessa carreira.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A assertiva reproduz a redação do *caput* do art. 31 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o seu parágrafo 2.º, com alteração dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 35/2001. Como exemplo de agentes **não** integrantes da carreira de auditoria tributária, podem-se citar os agentes das administrações regionais.

A respeito da possibilidade de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o próximo item.

42 A Lei Orgânica do Distrito Federal somente poderá ser emendada após a proposta de alteração ser discutida e votada em dois turnos e se obtiver, em ambos, o voto favorável de três quintos dos membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O quórum para aprovação de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal é de dois terços, conforme previsto no art. 70, § 1.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal. O quórum de três quintos é para alteração da Constituição Federal.

DIREITO CIVIL, DIREITO EMPRESARIAL E DIREITO PENAL

João dirigia embriagado quando colidiu com outro veículo, causando um grave acidente. João morreu no local do acidente e o motorista do outro veículo, Pedro, foi levado ao hospital, onde ficou internado por dois meses, até falecer. Os herdeiros de Pedro decidiram pleitear danos morais e materiais contra os herdeiros de João.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 43 A pretensão dos herdeiros de Pedro é viável, pois tanto o direito de exigir a reparação civil por ato ilícito quanto a obrigação de prestá-la são transmitidos por sucessão aos herdeiros.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A assertiva está de acordo com o art. 943 do Código Civil.

- 44 A prescrição da pretensão indenizatória iniciou-se na data do acidente, interrompeu-se com a morte de Pedro e recomeçou contra os seus sucessores.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A assertiva está em desacordo com o art. 196 do Código Civil, que determina que a prescrição continua a correr, na hipótese.

Considerando o disposto no Código Civil acerca de personalidade e o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro acerca da vigência das leis, julgue os itens a seguir.

- 45 O início da personalidade civil das pessoas físicas ocorre com o nascimento com vida, enquanto o início da personalidade civil das pessoas jurídicas de direito privado ocorre com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessário.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Quanto à pessoa física, o início da personalidade civil dá-se no nascimento com vida, e não com a concepção nem com a maioridade. Para as pessoas jurídicas de direito privado, o início da personalidade civil acontece com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo. A aprovação do governo só é necessária excepcionalmente (arts. 2.º e 45 do Código Civil).

- 46 Lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revogará a lei anterior.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A assertiva contraria expressamente o disposto no art. 2.º, § 2.º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito das sociedades limitadas, julgue os itens a seguir.

- 47 É de dois anos da data da subscrição das quotas sociais o prazo para que os sócios respondam solidariamente pela exata estimação de bens conferidos ao capital social de uma sociedade limitada.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 1.055, § 1.º, do Código Civil estipula que “pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade”.

- 48 Em atenção ao princípio da estabilidade ou da variabilidade condicionada do capital social, ressalvado o disposto em lei especial, só pode ser aumentado o capital social após a integralização das quotas sociais inicialmente subscritas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O princípio da estabilidade ou da variabilidade condicionada do capital social refere-se ao fato de o capital social apenas poder ser alterado quando obedecidas determinadas condições. Ainda, conforme o art. 1.081 do Código Civil “ressalvado o disposto em lei especial, integralizadas as quotas, pode ser o capital aumentado, com a correspondente modificação do contrato”.

- 49 A sociedade limitada poderá reduzir o capital se houver perdas irreparáveis, após a integralização do capital social original, ou se o capital for excessivo em relação ao objeto da sociedade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 1.082 do Código Civil e seus incisos disciplinam que “pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato: I – depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis; II – se excessivo em relação ao objeto da sociedade.”.

À luz da legislação penal brasileira, julgue os itens a seguir.

- 50 O agente que faz uso de selo falsificado destinado a controle tributário, sabendo de sua falsificação, comete crime contra a fé pública.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Há tipo penal específico nos crimes contra a fé pública (art. 293, I, do Código Penal).

- 51 Auditor-fiscal que exigir vantagem indevida para deixar de lançar ou de cobrar tributo devido por contribuinte terá cometido o crime de concussão previsto no Código Penal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Não caracteriza o crime de concussão previsto no Código Penal, mas, sim, crime funcional contra a ordem tributária, por haver tipo penal específico na Lei n.º 8.137/1990 (art. 3.º, II).

- 52 Para a caracterização do crime de ordenação de despesa não autorizada, é necessário o efetivo prejuízo financeiro ao ente público.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O tipo penal não exige o efetivo prejuízo; é crime de mera conduta (Lei n.º 10.028/2000, art. 359-D).

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Com relação a conceitos econômicos e monetários, julgue os itens a seguir.

- 53 Se um país possuir superávit no balanço de pagamentos, haverá oscilação positiva na base monetária.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Por definição, o saldo positivo no balanço de pagamentos implica em variação positiva nas reservas internacionais. A variação positiva nas reservas internacionais, por sua vez, implica em elevação do ativo do Banco Central. Pelo método das partidas dobradas, o passivo varia na mesma proporção, de modo que a base monetária evidencia expansão.
- 54 Se há plena mobilidade de capitais e a autoridade monetária conduz a política monetária com a fixação do juro, então o regime cambial não poderá ser do tipo câmbio fixo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Este resultado decorre diretamente da trindade impossível. A autoridade monetária não pode, em nenhuma hipótese, adotar simultaneamente câmbio fixo, meta de juros e plena mobilidade de capitais. Desses três fatores, só é possível a escolha de dois (nunca dos três).
- 55 Se o governo decide aumentar a carga tributária sobre determinado produto, então a maior parte do imposto será necessariamente paga pelo consumidor.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando o governo aumenta a carga tributária sobre um bem ou serviço específico, o imposto recai sobre o agente com menor flexibilidade, ou seja, sobre o lado mais inelástico do mercado. Se a elasticidade-preço da demanda for maior do que a elasticidade-preço da oferta, o produtor irá pagar a maior parte da conta do imposto.

Relativamente a tópicos específicos de finanças públicas, julgue os itens a seguir.

- 56 O lançamento tributário deve ser feito por homologação se o sujeito passivo da obrigação tributária antecipar o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O lançamento por homologação (uma das etapas da receita) ocorre quando a autoridade tributária, tomando conhecimento da antecipação do pagamento pelo sujeito passivo, verifica sua legalidade e expressamente homologa a operação.
- 57 A classificação institucional da despesa orçamentária deve atribuir a cada órgão público com competência para realizar despesas uma unidade orçamentária única e exclusiva.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Uma unidade orçamentária na classificação institucional não corresponde necessariamente a um órgão da estrutura administrativa. Pode haver unidades orçamentárias que abranjam vários órgãos administrativos, assim como um único órgão pode conter diversas unidades orçamentárias.

- 58 A arrecadação de impostos compartilhados com diversos entes da Federação deve ser contabilizada no âmbito do ente arrecadador pelo seu valor líquido, descontados os valores pertencentes aos demais entes.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contabilização de impostos compartilhados pelo valor líquido viola o princípio do orçamento bruto. De acordo com este princípio, todas as receitas e despesas da lei orçamentária anual devem ser registradas pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. No caso de impostos compartilhados, portanto, a parcela repassada é contabilizada depois, como despesa.
- 59 Emenda parlamentar ao projeto de lei orçamentária destinada a reforçar a dotação para os serviços da dívida correspondentes a determinada operação de crédito deve ser rejeitada por inconstitucionalidade se apresentar como fonte de recursos a anulação das despesas com serviços da dívida correspondentes a outra operação de crédito.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A Constituição Federal prevê que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre serviço da dívida.

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre limites para dívida, transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado.

- 60 As sanções de suspensão de transferências voluntárias não se aplicam sobre as ações de educação, saúde e assistência social.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o disposto no art. 25, § 3.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- 61 Ainda que não sejam pagos durante a execução do orçamento em que tenham sido incluídos, os precatórios judiciais integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o disposto no art. 25, § 7.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- 62 A prevenção de insolvência e outros riscos associados à destinação de recursos para o setor privado fica a cargo de mecanismos constituídos pelo respectivo ente federativo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com o disposto no art. 28, § 1.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A respeito de componentes funcionais de computadores e do sistema operacional Linux, julgue os itens a seguir.

- 63 O SSD (*solid-state drive*) é uma tecnologia de armazenamento que utiliza memória *flash* e cuja interface de comunicação é a mesma utilizada em discos rígidos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O SSD (*solid-state drive*) é uma tecnologia de armazenamento considerada a evolução do disco rígido. Ele utiliza memória *flash* e sua interface de comunicação é a mesma utilizada em discos rígidos.

- 64 No Linux, o diretório `/home` é o local onde é instalada a maior parte dos aplicativos e das bibliotecas do sistema operacional, enquanto no diretório `/usr` são armazenados os arquivos dos usuários.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Por padrão, o diretório `/home` armazena os arquivos dos usuários. Por sua vez, o diretório `/usr` é onde é instalada a maior parte dos aplicativos e das bibliotecas do sistema Linux.

Com relação ao MS Excel 2013, julgue o próximo item.

- 65 A função `PROCV` permite localizar itens em qualquer posição de uma tabela ou em um intervalo por coluna, pesquisando-se a partir de determinado valor para se obter o valor de retorno.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A função `PROCV` localiza itens em uma tabela ou um intervalo por linha e só pode pesquisar um valor da esquerda para a direita. Isso significa que a coluna que contém o valor procurado deve estar sempre localizada à esquerda da coluna que contém o valor de retorno.

Acerca do navegador Google Chrome, julgue o item seguinte.

- 66 O atalho `SHIFT + ESC` permite acessar o Gerenciador de Tarefas para visualizar e finalizar processos do Google Chrome em execução.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Para acessar o gerenciador de tarefas do Google Chrome, basta apertar as teclas `Shift` e `Esc` ao mesmo tempo. Para fechar uma aba, clique sobre o nome dela e depois em `Encerrar processo`. Ela será fechada imediatamente, sem que você tenha que fechar a janela inteira do navegador, conforme manual de ajuda do Google Chrome — tópico “Gerenciador de Tarefas”.

No que se refere à gerência de projetos, julgue o próximo item, com base no PMBOK 5.

- 67 Os cinco grupos de processos de gerenciamento de projetos previstos no PMBOK são iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O guia PMBOK, em sua 5.ª edição, provê diretrizes para a gerência dos projetos individualmente e define conceitos associados à gerência de projetos, além de descrever o ciclo de vida do gerenciamento do projeto e seus processos relacionados, assim como o ciclo de vida do projeto. O guia PMBOK reconhece 47 processos que recaem em cinco grupos de processos e em dez áreas de conhecimento que são típicas em quase todas as áreas de projetos. Os grupos de processos de gerenciamento de projetos são: iniciação; planejamento; execução; monitoramento e controle; e encerramento.

Acerca de fundamentos da ITIL v3, julgue o item que se segue.

- 68 Os volumes da ITIL são embasados nos seguintes ciclos de vida do serviço: estratégia de serviço; desenho de serviço; transição de serviço; operação de serviço; e melhoria de serviço continuada. Cada estágio do ciclo de vida do serviço influencia outros estágios e é influenciado por eles.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A ITIL é organizada em cinco publicações baseadas em torno de um ciclo de vida do serviço, a saber: estratégia de serviço; desenho de serviço; transição de serviço; operação de serviço; e melhoria de serviço continuada. Cada estágio do ciclo de vida do serviço influencia (saídas/*feedback*) e é influenciado (entradas/*feedback*) por outros estágios.

Com relação ao plano de continuidade de negócios, a assinatura digital e a auditoria, julgue os itens a seguir.

- 69 A assinatura digital foi desenvolvida especialmente com o objetivo de prover confidencialidade. Para criá-la, basta que o emissor gere um *hash* da mensagem enviada e cifre esse código *hash* com sua chave privada.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. É importante enfatizar que a assinatura digital não provê confidencialidade. Isto é, a mensagem que está sendo enviada está a salvo de alteração, mas não de escuta por terceiros. Isso é óbvio no caso de uma assinatura baseada em uma parte da mensagem, porque o restante da mensagem é transmitido às claras. Mesmo no caso de cifração completa da mensagem, não há qualquer proteção de confidencialidade, porque qualquer observador pode decifrar a mensagem usando a chave pública do remetente.

- 70 São objetivos da auditoria a revisão e o exame independentes de registros e atividades do sistema, para testar a adequabilidade dos controles desse sistema, de modo a verificar se há obediência às políticas e aos procedimentos estabelecidos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A auditoria envolve a revisão e o exame independentes de registros e atividades do sistema, para testar a adequabilidade dos controles do sistema, de modo a garantir a obediência a políticas e procedimentos operacionais estabelecidos, detectar brechas na segurança e recomendar mudanças indicadas em termos de controle, política e procedimentos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Em determinada loja, uma bicicleta é vendida por R\$ 1.720 a vista ou em duas vezes, com uma entrada de R\$ 920 e uma parcela de R\$ 920 com vencimento para o mês seguinte. Caso queira antecipar o crédito correspondente ao valor da parcela, o lojista paga para a financeira uma taxa de antecipação correspondente a 5% do valor da parcela.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 71 Considere que um comprador sabe que o preço da bicicleta não irá aumentar durante 1 mês e tem a possibilidade de investir suas economias em uma aplicação com rendimento líquido de 5% ao mês. Nessa situação, o comprador poderá realizar a compra à vista da bicicleta investindo nessa aplicação uma quantia inferior a R\$ 1.650, independentemente de o regime de capitalização da aplicação ser simples ou composto.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Para obter um montante de R\$ 1.720,00 o capital C aplicado, tanto no regime de capitalização simples quanto no composto, deve obedecer a seguinte equação: $R\$ 1.720,00 = C \cdot 1,05$. Portanto, $C = R\$ 1.720,00 / 1,05 = R\$ 1.638,10 < R\$ 1.650,00$.

- 72 Na compra a prazo, o custo efetivo da operação de financiamento pago pelo cliente será inferior a 14% ao mês.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Fazendo a equivalência de capitais sob o ponto de vista do cliente e indicando por i a taxa que representa o custo efetivo da operação de financiamento, tem-se a seguinte equação: $R\$ 1.720,00 = R\$ 920,00 + R\$ 920,00 / (1+i)$. Resolvendo-a para i tem-se $i = R\$ 920,00 / R\$ 800,00 - 1 = 0,15 = 15% > 14%$.

- 73 No caso de uma venda a prazo em que o lojista optasse pela antecipação do crédito correspondente à parcela que só seria paga no mês seguinte, o valor total que ele receberia (entrada mais antecipação) seria superior a R\$ 1.790.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O lojista receberia R\$ 920,00 de entrada e R\$ 874,00 ($R\$ 920,00 \times 0,95$) como antecipação, perfazendo um total de R\$ 1.794,00.

A partir de uma amostra aleatória simples de tamanho n , sabe-se que a média aritmética de uma variável X foi igual a 3. Considerando que os valores possíveis para a variável X sejam -1 e $+4$, julgue os itens que se seguem.

- 74 Nessa amostra aleatória, a quantidade de observações iguais a $+4$ foi igual a $0,8n$.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Como a variável X assume dois estados possíveis, $+4$ e -1 , a média aritmética pode ser escrita como $\bar{X} = f \times 4 + (1-f) \times (-1)$, em que f denota a frequência relativa de observações iguais a $+4$ na amostra em questão. Como $\bar{X} = 3$, conclui-se que $f = 0,8$, ou seja, a quantidade de observações iguais a $+4$ nessa amostra foi igual a $0,8n$.

- 75 O desvio padrão amostral da variável X foi igual ou superior a 2.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Sem o fator de correção de vício, a variância de X seria igual a $13 - 9 = 4$, ou seja, nesse caso, o desvio padrão de X seria igual a 2. Com o fator de correção, o desvio padrão torna-se superior a 2.

- 76 A mediana amostral da variável X foi igual a 2,5.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A mediana de X foi igual a 4, pois $\hat{P}(X \geq 4) \geq 0,5$ e $\hat{P}(X \leq 4) \geq 0,5$.

- 77 A distribuição da variável X é simétrica em torno da sua média amostral.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A variável X é assimétrica, pois o valor da sua média amostral sugere menor frequência de observações iguais a -1 .

Considerando a proposição P : “Se o servidor gosta do que faz, então o cidadão-cliente fica satisfeito”, julgue os itens a seguir.

- 78 A proposição “O servidor não gosta do que faz, ou o cidadão-cliente não fica satisfeito” é uma maneira correta de negar a proposição P .

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A proposição P tem a estrutura $p \rightarrow q$, em que p e q são, respectivamente, as proposições simples “o servidor gosta do que faz” e “o cidadão-cliente fica satisfeito”. Se essas proposições simples assumem ambas o valor lógico F , então tanto a proposição P quanto a proposição apresentada no item são ambas verdadeiras, não podendo, pois, a proposição do item ser negação da proposição P .

- 79 A proposição P é logicamente equivalente à seguinte proposição: “Se o cidadão-cliente não fica satisfeito, então o servidor não gosta do que faz”.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A proposição do item é a contrarrecíproca da proposição condicional P , equivalentes entre si.

- 80 P é uma proposição composta formada por duas proposições simples, de modo que sua tabela-verdade possui 2 linhas.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Se n indica o número de proposições simples de uma proposição composta, então o número de linhas de sua tabela é 2^n . A proposição P é composta por $n = 2$ proposições simples, possuindo, pois, $2^2 = 4$ linhas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

Com relação a planos, procedimentos e amostragem de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 81** Preliminarmente aos trabalhos de auditoria independente das demonstrações contábeis, o profissional responsável deve avaliar a conformidade com os requisitos éticos, incluindo-se a independência da equipe de trabalho em relação ao auditado, conforme exigido pelas normas aplicáveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Cf. NBC TA 300 (R1). São “atividades preliminares do trabalho de auditoria (...) (b) avaliação da conformidade com os requisitos éticos, inclusive independência, conforme exigido pela NBC TA 220, itens 9 a 11”.

- 82** Ao utilizar informações comparáveis de períodos anteriores para estabelecer relações plausíveis entre dados financeiros e dados não financeiros da entidade auditada, o auditor está aplicando um procedimento analítico de auditoria.

JUSTIFICATIVA: CERTO. NBC TA 520: “procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.” “A1. Os procedimentos analíticos incluem, por exemplo, levar em consideração comparações de informações contábeis e financeiras da entidade: informações comparáveis de períodos anteriores”.

- 83** O risco de amostragem em auditoria está associado ao desvio não representativo do desvio existente em uma população.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. NBC TA 530 O risco de amostragem “é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.” A ocorrência de desvio não representativo é denominada anomalia.

A respeito dos testes de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 84** Testes de observância em auditoria estão intimamente ligados à verificação do cumprimento dos procedimentos de controles internos da auditada.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O objetivo primeiro dos testes de observância é permitir uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno da organização auditada estão sendo cumpridos pelos colaboradores da organização.

- 85** A constatação da existência real e da integridade das transações evidenciadas nos relatórios contábeis é o principal objetivo dos testes de observância.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A constatação da existência real dos eventos relatados, ou seja, de que as transações realmente ocorreram, e a verificação da integridade dessas transações, isto é, que não existem transações além das relatadas, são objetivos dos testes substantivos.

- 86** Ao encontrar lançamentos contábeis com valores incorretos para maior e para menor em várias rubricas de uma entidade, o auditor externo deve aplicar os testes principais de subavaliação nas contas de ativos e despesas dessa entidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A prática recomenda a concentração dos testes de subavaliação nas contas credoras da entidade. Para as contas devedoras, é mais eficaz aplicar os testes de superavaliação. Nas contas de caixa, bancos, créditos, estoques e outras, é mais provável a ocorrência de erros para maior do que de erros para menor.

As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou de erro. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 87** Omissões intencionais de eventos nas demonstrações contábeis poderão ser consideradas erro ou fraude, conforme a gravidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional à ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. A intenção caracteriza fraude.

- 88** O auditor deve se preocupar com qualquer tipo de fator que cause distorção nas demonstrações contábeis, podendo ser responsabilizado em caso de não detecção de tais fatores.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor deverá ater-se à fraude que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis. A opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.

- 89** A responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude compete principalmente à área de gestão de riscos da organização.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A prevenção e detecção da fraude competem principalmente aos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.

- 90** A realização de lançamentos contábeis em contas não relacionadas, não usuais ou raramente utilizadas, com números quebrados e informações de centavos, caracteriza lançamentos fraudulentos.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conter números redondos ou números com finais constantes pode caracterizar lançamentos contábeis fraudulentos

- 91** Ao determinar respostas globais para enfrentar os riscos avaliados de distorção relevante nas demonstrações contábeis, o auditor deve incorporar elementos de imprevisibilidade na seleção dos procedimentos de auditoria.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Ao determinar respostas globais para enfrentar os riscos avaliados de distorção relevante nas demonstrações contábeis, o auditor deve, entre outras coisas, incorporar elemento de imprevisibilidade na seleção da natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança dos usuários nas demonstrações contábeis. Isso é alcançado mediante a opinião expressa pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Com referência à auditoria das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

92 O auditor deve, antes de expressar uma opinião, ter obtido segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de terem sido causadas por fraude ou erro.

JUSTIFICATIVA: CERTO. As NBC TA exigem que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de terem sido causadas por fraude ou erro. Asseguração razoável é um nível elevado de segurança.

93 Ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve considerar as circunstâncias envolvidas, a magnitude e a natureza das distorções, ou a combinação de ambos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes se for razoável esperar que, individual ou conjuntamente, elas influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis. Julgamentos sobre a materialidade são estabelecidos levando-se em consideração as circunstâncias envolvidas, e são afetadas pela percepção que o auditor tem das necessidades dos usuários das demonstrações contábeis e pelo tamanho ou pela natureza de uma distorção, ou por uma combinação de ambos.

94 A opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis assegura a viabilidade futura da entidade, assim como assegura a eficiência da administração na condução dos negócios dessa entidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Tal opinião é comum a todas as auditorias de demonstrações contábeis. A opinião do auditor, portanto, não assegura, por exemplo, a viabilidade futura da entidade nem a eficiência ou eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade.

Julgue o próximo item, relativo a fraudes e erros na escrita fiscal.

95 As penalidades relativas à obrigação acessória referente à escrituração dos livros fiscais se aplicam mesmo aos contribuintes que tenham sanado, antes de qualquer procedimento do fisco, as irregularidades das respectivas obrigações.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As penalidades relativas à obrigação acessória não se aplicam aos contribuintes que, antes de qualquer procedimento do fisco, sanarem as irregularidades verificadas no cumprimento das respectivas obrigações. (Art. 62, § 3.º, da Lei distrital n.º 1.254/1996 e suas alterações)

Com relação à auditoria na escrituração fiscal digital (EFD), julgue os itens a seguir.

96 O auditor-fiscal do GDF não pode solicitar ao contribuinte a EFD ICMS-IPI, uma vez que a recepção e a validação dos dados são realizadas no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital, administrado pelo próprio GDF.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. É administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. É necessário solicitar. (Decreto n.º 39.789/2019, art. 1.º, § 3.º)

97 Ao arquivo digital da EFD ICMS-IPI anexado a processo de fiscalização, não se aplica nenhuma especificação quanto ao leiaute na sua geração, já que se devem respeitar as características de cada empresa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O arquivo digital da EFD ICMS-IPI será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital e do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital, cujas versões atualizadas estão disponíveis no Portal Nacional do SPED (<http://sped.rfb.gov.br/>). (Decreto n.º 39.789/2019, art. 2.º)

Ao fiscalizar determinada empresa, um auditor-fiscal do GDF verificou que ela aproveitava crédito do ICMS oriundo de aquisição de ativo permanente. O auditor, então, concluiu a fiscalização e apresentou notificação de algumas operações.

A respeito da situação hipotética apresentada e de aspectos legais, normativos ou técnicos a ela relacionados, julgue o item seguinte, que se refere ao procedimento de fiscalização.

98 Infere-se que o auditor-fiscal considerou os demais créditos de ICMS porque os ativos imobilizados dos quais foram originados são todos utilizados no processo produtivo, além de terem sido adquiridos nos últimos doze meses.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Procedimento correto porque o aproveitamento é condicionado à utilização do equipamento na atividade do estabelecimento. E o crédito é utilizado na proporção de 1/48 avos. (Art. 34, II, e 34, § 4.º, VII, da Lei distrital n.º 1.254/1996 e suas alterações)

Considerando que determinado contribuinte tenha passado por um processo de auditoria fiscal e não tenha conseguido comprovar, com documentos fiscais, a base de cálculo do ISS, julgue o item que se segue.

99 Na hipótese de haver o arbitramento, a autoridade fiscal pode fixar a base de cálculo do ISS utilizando o preço do serviço praticado em períodos idênticos pelo próprio contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 29, I, do Decreto distrital n.º 25.508/2005 e suas alterações.

Julgue o item a seguir, a respeito da escrita fiscal.

100 Salvo disposição em contrário, o contribuinte que mantiver mais de um estabelecimento — filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou outro — deverá fazer escrituração em livros fiscais distintos para cada um deles, vedada a sua centralização.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art 184, § 4.º, Decreto distrital n.º 18.955/1997 e seus anexos e suas alterações.

CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE DE CUSTOS

No que se refere às características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue o item seguinte.

101 Para ser útil, a informação contábil deve, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada: nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Resolução CFC n.º 1.374/2011, QC17.

Considerando os conceitos de receita, despesa, ganhos e perdas, julgue o próximo item.

102 Ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos, e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Resolução CFC n.º 1.374/2011, 4.30.

Com relação aos conceitos de ativos, passivos e patrimônio líquido, julgue o item a seguir.

103 Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e sua realidade econômica, e não apenas para sua forma legal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Prevalência da essência sobre a forma (Resolução CFC n.º 1.374/2011, 4.6).

Determinada entidade contratou dois funcionários para a área de vendas no primeiro dia do mês. No dia 15 do referido mês, esses dois funcionários receberam adiantamentos correspondentes a 30% dos salários a que tinham direito no mês. O restante foi pago no quinto dia útil do mês subsequente.

A respeito da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

104 Os adiantamentos pagos aos funcionários no dia 15 do referido mês são considerados fatos modificativos porque reduzem o ativo (saída de caixa) e reduzem o patrimônio (reconhecimento de despesa).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Trata-se de um fato contábil permutativo: reduz o ativo (saída de caixa) e aumenta outro ativo (adiantamento a funcionários).

Determinada entidade privada adquiriu, para revenda, mercadorias pelo valor de R\$ 500.000. Com base nesse montante, o fornecedor cobrou, ainda, 10% referentes aos tributos não recuperáveis e 5% de frete para entrega.

A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

105 O gestor contábil deve contabilizar as mercadorias como ativo circulante ao custo de R\$ 550.000.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O valor correto do ativo circulante é de R\$ 575.000, pois o montante pago pelo frete deve compor seu custo de aquisição. Na situação: R\$ 500.000 + R\$50.000 + R\$25.000 = R\$575.000.

Conforme determina o Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

106 O gestor contábil deve debitar como despesa operacional o valor de R\$ 25.000, referente ao valor pago pelo frete.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O frete é parte integrante do valor de custo da mercadoria, devendo ser contabilizado como ativo e não como despesa.

NBC TG 16 (R2)–ESTOQUES do Conselho Federal de Contabilidade

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

A respeito das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

107 A partir da análise da demonstração dos fluxos de caixa, o usuário da informação toma conhecimento de como a entidade financia suas atividades, descritas através dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A DFC permite o conhecimento de quem são os credores da entidade (NBC TG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC).

Benefícios da informação dos fluxos de caixa:

Apresentação da demonstração dos fluxos de caixa

10. A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

108 A demonstração do valor adicionado apresenta as riquezas criadas pela entidade em determinado período e a forma como foram pagas, a exemplo de valores destinados à quitação de impostos, taxas e contribuições.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo instrui a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado do Conselho Federal de Contabilidade

5. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

6. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- (a) pessoal e encargos;
- (b) impostos, taxas e contribuições;
- (c) juros e aluguéis;
- (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- (e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

No que se refere à metodologia do custeio por absorção, julgue os itens seguintes.

109 O custeio RKW é um tipo de custeio por absorção.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O custeio RKW é uma metodologia baseada na filosofia de custeio pleno. O RKW incorpora aos produtos os custos diretos e indiretos, fixos e variáveis considerados no custeio por absorção, mas também incorpora despesas ao custo dos produtos, o que o diferencia do custeio por absorção.

110 Os custos que podem ser associados aos objetos de custeio sem o uso de modelos matemáticos de rateio são atribuídos a esses objetos na metodologia do custeio por absorção.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os custos que não exigem modelos de rateio são os custos diretos, e eles são atribuídos aos produtos pelo custeio por absorção.

111 Na metodologia de custeio por absorção, as rubricas necessárias para o controle de custos e estoques diferem no que se refere aos sistemas produtivos empregados: produção por ordem de serviços e produção contínua, respectivamente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Há diversas diferenças entre os dois sistemas produtivos, mas as rubricas necessárias para o tratamento de custos e estoques é um ponto de convergência entre ambos os sistemas, e não um diferencial.

Com relação às metodologias adotadas tanto para fins de custeamento de estoques quanto para fins meramente gerenciais, julgue os itens que se seguem.

112 Situação hipotética: Em 20X9, no seu último ano de exercício social, determinada empresa apurou, antes de impostos, lucro de R\$ 1.350.000, pelo método do custeio variável, e lucro de R\$ 1.125.000, pelo método do custeio por absorção. **Assertiva:** Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a empresa teve redução de estoques no período.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A diferença entre ambas as metodologias é o tratamento dado aos custos fixos, reconhecidos imediatamente no resultado pelo custeio variável e diferidos pelo custeio por absorção. Em momentos de baixa no volume dos estoques, o custeio por absorção levará ao resultado unidades antigas que contêm custos fixos diferidos, reduzindo o resultado do período, quando comparado com o apurado pelo custeio variável.

113 Em seu segundo estágio, o custeio ABC atribui custos de insumos às atividades.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa atribuição de custos é característica do primeiro estágio. No segundo estágio, o custeio ABC atribui custos aos objetos de custeio.

114 Situação hipotética: Determinada empresa atingiu seu ponto de equilíbrio ao vender 4 mil unidades de seu único produto. Seus custos e despesas fixas somaram R\$ 160.000. **Assertiva:** Nessa situação, se a empresa apurar um lucro, antes de impostos, de R\$ 80.000, ela terá obtido uma margem de segurança superior a 40%.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Se a empresa atinge seu ponto de equilíbrio ao vender 4 mil unidades e seus custos e despesas fixas são de R\$ 160 mil, então sua margem de contribuição é de R\$ 40 por unidade (R\$ 160 mil / 4 mil). Ao obter um lucro de 80 mil, a empresa apurou R\$ 240 mil de margem de contribuição (R\$ 160 mil para custos fixos e R\$ 80 mil para lucro), o que representa 6 mil unidades vendidas (R\$ 240 mil / R\$ 40), das quais 4 mil cobrem os custos e despesas fixas e 2 mil geram o lucro. A margem de segurança representa o quanto as vendas estão acima do ponto de equilíbrio. Nesse caso, 67% das vendas são utilizadas para atingir o ponto de equilíbrio e 33% são margem de segurança.

115 Situação hipotética: Uma empresa que utiliza o sistema de custo padrão para fins gerenciais considera que uma unidade de dado produto deve consumir 0,45 horas de mão de obra direta, cuja taxa horária é de R\$ 13,00. Em dado período foram produzidas 200 unidades desse produto, o que gerou uma variação favorável de taxa de mão de obra direta (MOD) de R\$ 90,00 e uma variação total de R\$ 40,00 desfavorável. **Assertiva:** Com base nessas informações, é correto concluir que a taxa efetivamente incorrida pela mão de obra utilizada foi inferior a R\$ 12,50.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O custo esperado de MOD para o volume de produção é de R\$ 1.170 ($200 \times 0,45 \times R\$ 13$). Como a variação total foi desfavorável em R\$ 40, então o custo efetivo foi de R\$ 1.210. Entretanto, o fato de a variação de taxa ter sido favorável em R\$ 90 significa que o custo esperado, dados os padrões adotados pela empresa, deveria ser de R\$ 1.300, o que implica um total de hMOD efetiva de 100 horas ($R\$ 13 \times 100 = R\$ 1.300$) e um custo efetivo de hMOD de R\$ 12,10.

DIREITO FINANCEIRO

Considerando as regras constitucionais de direito financeiro, julgue o item a seguir.

- 116 O crédito especial cujo ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro pode ser reaberto e incorporado ao orçamento do ano seguinte, desde que respeitado o limite do seu saldo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Essa autorização está expressamente prevista no § 2.º do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Julgue os próximos itens, considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964.

- 117 Os valores objeto da previsão de arrecadação de receitas constante da lei orçamentária anual pertencem ao respectivo exercício financeiro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas efetivamente arrecadadas, e não as meramente previstas para arrecadação.
- 118 Os créditos da fazenda pública serão escriturados como receita do exercício financeiro em que tiver se dado o fato gerador.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo o art. 39 da Lei n.º 4.320/1964, os créditos da fazenda pública serão escriturados como receita do exercício em que tiverem sido arrecadados, e não como receita daquele em que tiver ocorrido o fato gerador.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 119 No conceito de receita corrente líquida dos estados, são deduzidos os valores das transferências que eles fizerem aos municípios por determinação constitucional.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O inciso IV do art. 2.º da Lei de Responsabilidade Fiscal conceitua a “receita corrente líquida [como o]: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos (...) b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;”.
- 120 Exige-se autorização por lei específica para a realização de doação, pelo governo federal, de determinada quantia em dinheiro para satisfazer necessidades de pessoa física que tenha prestado relevantes serviços à nação.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal exige que qualquer transferência ao setor privado seja objeto de lei específica: “Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica.”.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Julgue os próximos itens, com base no disposto na Lei Orgânica do DF, na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional (CTN).

- 121 Segundo a Lei Orgânica do DF, são isentas de impostos distritais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É exatamente o que prevê o art. 130 da Lei Orgânica do DF: “Art. 130. São isentas de impostos de competência do Distrito Federal as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.”.

- 122 A majoração de qualquer tributo por medida provisória somente produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se for convertida em lei até o último dia do exercício em que tiver sido editada.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com o § 2.º do art. 62 da Constituição Federal de 1988 (CF), essa norma somente é aplicável para os impostos, não para qualquer tributo (gênero da espécie, na qual se incluem as taxas, contribuições, empréstimos compulsórios, contribuições de melhoria e impostos, art. 145, da CF). Além disso, mesmo para os impostos, ela não é aplicável para os impostos sobre importação, sobre exportação, IPI, IOF e impostos extraordinários.

- 123 De acordo com o CTN, o arrematante de produtos importados apreendidos pela aduana é contribuinte do imposto sobre a importação.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O CTN define quem são os contribuintes do imposto sobre a importação em seu art. 22: “Art. 22. Contribuinte do imposto é: I – o importador ou quem a lei a ele equiparar; II – o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.”.

Considerando as regras do CTN acerca da vigência da legislação tributária e das limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue os itens que se seguem.

- 124 Não havendo disposição em contrário, os efeitos normativos das decisões dos órgãos coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa entram em vigor trinta dias após a data da publicação da decisão.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A afirmativa corresponde à literalidade da regra contida no inciso II do art. 103 c/c art. 100, II, ambos do CTN.
- 125 A imunidade tributária recíproca dos entes federativos não é extensiva às respectivas autarquias e fundações públicas.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A imunidade tributária recíproca dos entes federativos está prevista no art. 150, VI, a), da CF. Segundo essa regra constitucional, os entes federativos não podem instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. Na forma do § 2.º do art. 150 do texto constitucional, essa imunidade é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, observada a delimitação feita na parte final do referido parágrafo.

No que se refere a aplicação da lei e responsabilidade tributária, julgue os itens seguintes.

- 126** A atribuição de responsabilidade tributária solidária ao administrador da massa falida pelas penalidades tributárias por ela devidas se restringe às de caráter moratório.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Trata-se de previsão expressa do art. 134, V, e parágrafo único, do Código Tributário Nacional (CTN): “Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis: [...] V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário; [...] Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.”.
- 127** O Código Tributário Nacional admite a aplicação do princípio da insignificância aos ilícitos tributários, de modo que a ocorrência da infração fiscal depende da análise da efetividade e da extensão dos efeitos do ato.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 136 do CTN é expresso no sentido de que a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da efetividade, da natureza e da extensão dos efeitos do ato.
- 128** É incompatível com o Código Tributário Nacional lei distrital que admita a indicação do sujeito passivo do imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI) pelas partes no contrato de compra e venda de imóvel, pois as convenções particulares não são oponíveis à fazenda pública.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 123 do CTN prevê que a lei pode autorizar convenções particulares a alterar a sujeição passiva: “Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à fazenda pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.”.
- 129** A sociedade empresária que tenha sócio remanescente de sociedade extinta e que explore a mesma atividade não responde pelos débitos tributários desta.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O parágrafo único do art. 132 do CTN prevê expressamente que responde pelos débitos tributários da sociedade extinta a empresa que continue a exploração da atividade sob a mesma ou outra razão social e que tenha sócio remanescente da sociedade extinta.
- 130** Como o conceito de doação constante do direito civil decorre de legislação infraconstitucional ordinária da União, não oponível aos demais entes federados, o intérprete da legislação que necessitar utilizar tal conceito para fins tributários no âmbito do Distrito Federal deve buscá-lo exclusivamente na legislação tributária distrital, ainda que esta veicule definição mais ampla que a do direito privado.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 110 do CTN prevê expressamente que a legislação tributária não pode alterar os conceitos e formas de direito privado utilizados implícita ou explicitamente pela Constituição Federal de 1988 para limitar a competência tributária. Com efeito, caso o intérprete necessite definir o conceito de “doação” para fins tributários, deverá buscá-lo na legislação de direito privado, uma vez que a lei tributária do Distrito Federal não poderá alterar os conceitos utilizados pela Constituição Federal de 1988 para limitar ou definir competências tributárias.

Com relação à inscrição na dívida ativa, julgue os itens a seguir.

- 131** É facultativo constar no termo de inscrição da dívida ativa a maneira de calcular os juros de mora acrescidos à quantia devida.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Deve constar obrigatoriamente, e não facultativamente, a maneira de calcular os juros de mora, conforme art. 202, inc. II, da Lei n.º 5.172/1966.
- 132** É obrigatório constar no termo de inscrição da dívida ativa o número do processo administrativo de que se origina o crédito tributário.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o teor do art. 202, inc. V, da Lei n.º 5.172/1966.
- 133** Eventual nulidade do termo de inscrição da dívida ativa poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante a substituição da certidão nula, devolvendo-se o prazo de defesa.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o teor do art. 203 da Lei n.º 5.172/1966.

A respeito das garantias e dos privilégios do crédito tributário, julgue os itens seguintes.

- 134** Independentemente da inscrição em dívida ativa, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública, desde que exista o crédito tributário.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nos termos do art. 185 da Lei n.º 5.172/1966, é necessário que haja a regular inscrição do crédito tributário como dívida ativa.
- 135** Não há presunção de fraude na alienação de bens feita por sujeito passivo se o devedor reservar bens ou rendas suficientes ao pagamento da dívida regularmente inscrita.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É possível haver a reserva, o que evitará que a operação seja presumida como fraudulenta, nos termos do art. 185, parágrafo único, da Lei n.º 5.172/1966.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Código Tributário do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

- 136** O ICMS não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A Lei Orgânica do Distrito Federal expressamente prevê a não incidência do ICMS sobre operações que destinem mercadorias ao exterior (arts. 134 e 135, § 3.º).
- 137** É vedada a cobrança da contribuição de iluminação pública na fatura de consumo de energia elétrica emitida pela empresa concessionária desse serviço.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A cobrança da contribuição de iluminação pública na fatura de energia elétrica é expressamente autorizada pelo parágrafo único do art. 149-A da Constituição Federal de 1988, previsão essa que se encontra reproduzida no § 6.º do art. 4.º-A do Código Tributário do Distrito Federal.

138 Na hipótese de aplicação de multa em razão do recolhimento do tributo depois de iniciado o processo de exigência do crédito tributário, o contribuinte terá direito a desconto se efetuar o pagamento antes do ajuizamento da ação de execução do crédito tributário.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O Código Tributário do Distrito Federal prevê multa na hipótese de recolhimento do tributo após o prazo regulamentar. Na forma do art. 62 desse código, a multa será de 20% se o tributo tiver sido recolhido antes de iniciado o processo de exigência do crédito tributário (inciso I), ou de 50% se recolhido posteriormente (inciso II).

Conforme previsão expressa do inciso IV do § 3.º do art. 62 do referido código, é possível a redução do valor da multa prevista no inciso II do art. 62 se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da ação de execução do crédito tributário.

A respeito da apreensão de mercadoria pelo fisco e do processo administrativo fiscal, julgue os próximos itens, considerando o Decreto n.º 33.269/2011 e o Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF).

139 Os bens encontrados em situação irregular e apreendidos pela autoridade tributária somente devem ser liberados após o pagamento do imposto incidente e das multas devidas.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O *caput* do art. 38 do Decreto n.º 33.269/2011 expressamente admite a liberação de bens ainda que pendente o pagamento do imposto e das multas devidas.

140 São considerados créditos tributários não contenciosos aqueles sujeitos a lançamento por homologação, se forem declarados pelo contribuinte por escrituração fiscal eletrônica e não tiverem sido recolhidos no prazo estabelecido.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Definição contida no inciso II do art. 50 do Decreto n.º 33.269/2011.

141 No âmbito do TARF, compete ao tribunal pleno conhecer e julgar os recursos em processos de jurisdição voluntária, exceto os processos de consulta.

JUSTIFICATIVA: CERTO. É exatamente o que prevê o inciso III do art. 7.º do Regimento Interno do Tribunal Administrativo Recursos Fiscais (TARF).

Com relação ao ISS e ao ICMS, julgue os itens subsequentes, à luz da Lei distrital n.º 1.254/1996 (Lei do ICMS no DF) e da Lei Complementar n.º 116/2003 (Lei do ISS).

142 O valor do frete da mercadoria não deverá integrar a base de cálculo do ICMS se o transporte for efetuado pelo próprio remetente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com a alínea b) do inciso II do art. 8.º da Lei distrital n.º 1.254/1996 (Lei do ICMS no DF), o valor correspondente ao frete integra a base de cálculo do ICMS, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e for cobrado em separado.

143 A pessoa jurídica tomadora de serviços de engenharia de obras de construção civil executadas por subempreitada não é responsável pelo ISS devido na operação se não for contribuinte do tributo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O serviço descrito no item está sujeito ao ISS, na forma do item 7.02 da Lei Complementar n.º 116/2003 (Lei do ISS). Na forma do inciso II do § 2.º do art. 6.º dessa lei, as pessoas jurídicas tomadoras do serviço contido no item 7.02 são responsáveis tributárias.

Importante frisar que a responsabilidade é um dever legal imposto a um terceiro, que não precisa ser contribuinte do tributo.

Com base no Decreto distrital n.º 28.445/2007, julgue os itens a seguir, com relação ao IPTU no âmbito do Distrito Federal.

144 A incidência do IPTU depende do registro do respectivo imóvel residencial em cartório de registro de imóveis.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nos termos do art. 1.º, §§ 3.º e 4.º, do Decreto distrital n.º 28.445/2007, a incidência do tributo não depende de nenhuma exigência legal, regulamentar ou administrativa, e também pode recair sobre áreas não registradas nos cartórios de registro de imóveis.

145 Posseiro possui responsabilidade tributária pelo pagamento do IPTU do imóvel que ocupa.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Nos termos do art. 4.º, § 3.º, do Decreto distrital n.º 28.445/2007, o posseiro possui responsabilidade solidária pelo IPTU.

146 A base de cálculo do referido imposto é o valor venal do imóvel, desconsiderando-se, na avaliação desse valor, a área não edificada.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A área não edificada deve ser considerada no valor venal do imóvel, conforme art. 13, § 1.º, inciso II, do Decreto distrital n.º 28.445/2007.

A respeito do IPVA no âmbito do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

147 São isentos de IPVA os veículos de serviços agrícolas que transitem apenas dentro dos limites das propriedades agrícolas a que pertençam, assim como as máquinas agrícolas e de terraplenagem, desde que não circulem em vias públicas abertas à circulação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que dispõe o art. 4.º da Lei federal n.º 7.431/1985, que institui, no Distrito Federal, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

148 Deverá incidir correção monetária sobre o valor do IPVA em caso de pagamento espontâneo fora dos prazos regulamentares.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Deverá incidir, sim, a correção monetária, nos termos do art. 6.º da Lei federal n.º 7.431/1985.

149 Terá isenção do pagamento de IPVA o proprietário de veículo roubado, furtado ou sinistrado, desde que o fato seja objeto de ocorrência policial.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Trata-se de caso de não incidência do IPVA, não de isenção, conforme art. 5.º, inciso II, do Decreto distrital n.º 34.024/2012.

Acerca do ITBI no âmbito do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

150 Incide ITBI no caso de extinção de usufruto por consolidação na pessoa do nu proprietário em decorrência de morte do usufrutuário.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nos termos do art. 2.º, § 4.º, da Lei distrital n.º 3.830/2006, não incide ITBI nesse caso.

151 É isenta de ITBI operação de aquisição de imóveis de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) por empreendedores habilitados pela Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Nos termos do art. 4.º, inciso IV, da Lei distrital n.º 3.830/2006, há isenção de ITBI nesse caso.

152 Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital nela subscrito, ou em decorrência de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Nos termos do art. 2.º, incisos I e II, do Decreto distrital n.º 27.576/2006, trata-se de caso de não incidência do ITBI.

À luz do Decreto-lei n.º 82/1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

153 Ao criar uma contribuição de melhoria, o governo do Distrito Federal deve estabelecer a contribuição relativa a cada imóvel, que será calculada em razão dos parâmetros publicados.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O art. 127 do Decreto-lei n.º 82/1966 determina que se publiquem os elementos ou parâmetros a partir dos quais será determinada a contribuição relativa a cada imóvel:

“Art. 127. Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

I publicar previamente os seguintes elementos:

(...)

§ 1.º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela de custo da obra a que se refere a alínea c), do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.”.

154 É facultado aos contribuintes impugnar os elementos ou parâmetros utilizados para cálculos, cabendo o ônus da prova ao governo do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O § 3.º do art. 127 do Decreto-lei n.º 82/1966 faculta ao contribuinte a impugnação, mas será dele o ônus da prova: “§ 3.º Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o inciso I deste artigo”.

Consoante a Lei Complementar distrital n.º 435/2001, os tributos vencidos e os valores expressos em moeda na legislação distrital devem ser atualizados. A respeito dessa atualização, julgue os itens que se seguem.

155 Os valores expressos em moeda na legislação devem ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor e sua periodicidade deve ser mensal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A periodicidade é anual, conforme § 1.º do art. 1.º da LC do DF n.º 435/2001: “§ 1.º A atualização prevista neste artigo será efetuada no dia 1.º de janeiro de cada ano, considerando a variação acumulada do INPC nos doze meses, contados até o mês de novembro, inclusive, do ano anterior”.

156 Aos tributos vencidos aplicam-se, além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a multa e os juros de mora.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os tributos vencidos recebem atualização e juros por taxa do SELIC, conforme § 2.º do art. 2.º da LC do DF n.º 435/2001: “§ 2.º Sobre o montante a que se refere o *caput* incidem juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), para títulos federais (...)”.

No que se refere ao Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional, julgue os próximos itens.

157 A lei que institui esse estatuto destina-se a dar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas no que se refere tanto às obrigações principais quanto às acessórias.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Em seu primeiro artigo, inciso I, a LC n.º 123/2006 deixa patente esse objetivo:

“Art. 1.º. Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, especialmente no que se refere:

I à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;”.

158 Para efeito de caracterização como micro ou pequena empresa, é levada em consideração a receita bruta, que deve ser entendida como o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídos vendas canceladas nem descontos incondicionais concedidos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O item reproduz o conceito constante do § 1.º do art. 3.º da LC n.º 123/2006: “§ 1.º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.”.

A Lei distrital n.º 2.834/2001 tornou aplicável ao Distrito Federal a Lei federal n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. Considerando essas normas, julgue os itens subsequentes.

159 A citada norma distrital não recepcionou os dispositivos da referida lei federal relativos aos direitos dos administrados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Não houve matéria excluída. Sem estabelecer qualquer ressalva, a Lei distrital n.º 2.834/2001 praticamente se resume a afirmar: “Art. 1.º. Aplicam-se aos atos e aos processos administrativos no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, no que couber, as disposições da Lei federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com a redação conferida pela Lei federal n.º 12.008, de 29 de julho de 2009.”.

160 A referida lei federal impõe que o processo administrativo se inicie apenas por iniciativa do interessado.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O art. 5.º da Lei n.º 9.784/1999 é claro em prever a hipótese de início por iniciativa do interessado ou de ofício: “Art. 5.º. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.”.



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

FOLHA DE RASCUNHO

